

Transição do Trabalho Escravo para o Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro: 1850/1888

MANUEL CORREIA DE ANDRADE*

Capitalismo e Escravidão

O objetivo deste artigo é fazer uma análise do processo de transformação ocorrido na área de domínio da agroindústria açucareira nordestina, na fase em que o trabalho escravo foi gradativamente substituído pelo trabalho então denominado livre. A análise empírica tem uma grande importância para a compreensão da problemática da formação econômico social e até para a formulação de teorias que tentem explicá-la. Seria uma posição idealista tentar transferir para o Nordeste Brasileiro modelos elaborados em outras áreas e regiões, em face de desafios diversos, para explicar o que ocorreu nesta região. Daí a nossa proposição de analisar os fatos, as instituições com as características por elas adquiridas em contacto com as condições naturais e com os objetivos e os meios materiais de que dispunham os seus organizadores, para tentarmos então elaborar um modelo próprio, característico.

* *O autor pertence à Universidade Federal de Pernambuco.*

Admitindo-se que o processo social é dinâmico e está ligado a uma determinada área, não podemos esquecer as categorias tempo e espaço. Assim, quanto à primeira, não podemos isolar o período a ser estudado — 1850, ano da abolição do tráfico, a 1888, ano da abolição da escravatura — do que vinha ocorrendo desde o início do povoamento, na primeira metade do século XVI, quando começaram a cultura da cana-de-açúcar em Pernambuco e a utilização da força de trabalho escravo, institucionalizando-se o sistema de exploração do escravo negro africano. Não podemos também isolar o período a ser estudado do que ocorreu após 1888, quando o escravo foi transformado em trabalhador "livre" Isto porque, no período estudado, o sistema de relações era aquele que fora institucionalizado em mais de dois séculos de uso, baseado não só na legislação portuguesa e brasileira, como consolidado em uma série de usos e costumes, respeitados como se emanassem da própria lei. Mesmo as modificações de infra-estrutura, que ocorrem com maior rapidez, não alteram de imediato, mas a longo

prazo, as estruturas legais, sociais e, sobretudo, ideológicas. O escravo, mesmo libertado, continuava sendo encarado pela classe dominante como se fosse um escravo e ele próprio se sentia marcado por sua condição anterior. Mesmo após a abolição, com a extinção do sistema escravocrata do ponto de vista legal e social, muitas vezes as relações entre senhores e ex-escravos continuavam a se pautar pelo sistema que estava cristalizado. É mais fácil mudar uma lei do que mudar uma mentalidade. A mudança não se faz sentir integralmente com a simples promulgação da lei, mas só lentamente, quando os velhos hábitos e costumes vão sendo desativados.

Quanto à categoria espaço, o que se pode observar é que uma área não se encontra fechada, isolada das demais, sobretudo em um sistema de domínio do capitalismo, mesmo comercial, em que a produção é destinada ao mercado. A área açucareira nordestina foi ocupada em função do fornecimento de um produto tropical — o açúcar de cana — ao mercado europeu, fazendo-se na mesma investimentos de capitais acumulados em função do comércio marítimo, com fins de intensificação da acumulação capitalista. Para produzir o açúcar, vieram para a região colonos europeus que implantaram, com o auxílio do Estado — em Portugal a monarquia estava inteiramente integrada no comércio marítimo e na especulação comercial⁽¹⁾ —, as grandes plantações, utilizando tanto a mão-de-obra nativa, indígena, como, sobretudo, a mão-de-obra africana, escravizada. O comércio de escravos foi, desde os primeiros tempos, um dos negócios mais rendosos não só para os comerciantes portugueses, como também para os ingleses e holandeses⁽²⁾. Grandes fortunas de respeitáveis dignatários, tanto de Portugal como da Holanda e da Inglaterra, foram feitas ou acrescidas e consolidadas com o comércio

negreiro. Comércio que adquiria uma feição triangular, de vez que as esquadras partiam da Europa com os produtos aí fabricados para comerciar na África, com os captivos de escravos. Feita a troca da mercadoria europeia pela africana, com grande lucro, os mercadores dirigiam-se às colônias americanas — Sul dos Estados Unidos e Antilhas, para os ingleses, e Brasil para os portugueses — onde vendiam os escravos por alto preço e adquiriam os produtos tropicais, açúcar nos séculos XVI e XVII e algodão no século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, levando estes produtos para o mercado europeu. Faziam assim um comércio triangular — Europa, costa d'África e colônias inglesas e portuguesas da América. Vê-se assim que a área açucareira, ocupada no momento histórico da expansão do Capitalismo Mercantil, estava voltada para o exterior, sobretudo para a Europa e África. Em muito menor escala comerciavam também com a Índia e o Oriente, de onde foram trazidas espécies vegetais e animais.

Mas, além de voltada para o exterior, para o comércio com outros continentes, estava a mesma área também voltada para o interior, para o chamado Sertão, onde se instalaram, nos primeiros séculos de colonização, as fazendas de criação de gado. Essas fazendas forneciam às áreas açucareiras os animais de trabalho e a carne de que necessitavam. Formava-se uma região dependente, subordinada a uma outra região que, do ponto de vista do comércio internacional, também era dependente, desta vez do mercado europeu. O Sertão diminuiu a sua dependência da área açucareira a partir do século XVIII, quando a Revolução Industrial Inglesa estimulou a produção de algodão para exportação. Esta cultura adaptou-se bem à área de pecuária, passando a compartilhar o espaço sertanejo com o gado⁽³⁾.

A agricultura canvieira desenvolveu-se de tal forma que a cana-de-açúcar ocupou as

(1) AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal econômico*, p. 87-164.

(2) WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*, p. 38-56.

(3) ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o homem no Nordeste*. 4.a ed. p. 159-213.

várzeas litorâneas, dos rios que desembocam no Atlântico desde o território do atual Estado do Rio Grande do Norte — vale do Ceará-Mirim — até o Recôncavo da Bahia. Só nos trechos arenosos de tabuleiros é que ela deixava terras disponíveis para uma pecuária modesta e para a cultura de fruteiras e de mantimentos. Nestas áreas, consideradas de solos menos favoráveis, estabeleceram-se também aldeamentos indígenas, como os de Alhandra e de Conde da Paraíba⁽⁴⁾. A penetração da cultura da cana para o interior foi feita de forma lenta, devido à dificuldade de transportar o açúcar até os portos do litoral, em lombos de burros e em carros-de-boi, por dezenas de léguas. Só na segunda metade do século XIX, com a construção das primeiras ferrovias, que dos portos litorâneos mais importantes — Natal, Cabedelo, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador — adentravam o interior, floresceram os engenhos que até então produziam pequenas safras, por se situarem a uma distância superior a 50 ou 60 quilômetros, em linha reta, do litoral.

Embora se costume chamar a atenção para o aspecto anti-social do sistema escravocrata, fato que não se pode negar, a exploração de trabalhadores era generalizada na sociedade daquele tempo. A situação dos servos na Europa feudal era das mais humilhantes: embora eles controlassem os instrumentos de produção e produzissem excedentes que lhes pertenciam, viviam na total dependência dos senhores, a quem pagavam não só tributos em produtos agrícolas, como também prestavam serviços pessoais, sobretudo nas ocasiões de maiores crises e encargos. Na colonização das terras americanas, os europeus não só dizimaram os índios como também exploraram desapidadamente os próprios europeus pobres que migraram para a América, com contratos de prestação de serviços por tempo determinado. Estes europeus partiam do país natal para se livrarem dos vínculos feudais, quan-

do servos, ou da miséria urbana, quando homens livres, pensando em fazer fortuna e obter propriedades no Novo Continente. Alugavam-se por certo período de anos a proprietários estabelecidos no Novo Mundo e, neste período, eram explorados como se fossem verdadeiros escravos.

Na América Espanhola não foi instituída a escravidão indígena, mas, naqueles países onde floresceram importantes civilizações pré-colombianas — México, Guatemala, Colômbia, Equador, Peru — e onde a densidade demográfica e o nível técnico da agricultura eram elevados, criaram os espanhóis um sistema de exploração da força de trabalho original, típico deste continente, no qual os indígenas eram repartidos e entregues à direção de senhores, geralmente os lugar-tenentes dos conquistadores, e transformavam-se em “encomiendas” aos cuidados dos mesmos. Os índios encomendados perdiam a liberdade de ir e vir e, em troca da alimentação e do vestuário, passavam a trabalhar para o “encomendero” em regime e com intensidade por este determinada. Legitima-se o sistema sob a alegação de que o “encomendero” ficara responsável pela cristianização dos indígenas, dando-lhes a oportunidade de salvar a alma⁽⁵⁾.

No século XIX, quando foi extinto o tráfico de escravos, e, em seguida, abolida a escravidão nas colônias inglesas e holandesas, permitiram as metrópoles destas colônias que se fizesse a importação de orientais, da Índia, da Indonésia e da China, para trabalharem em condições de semi-escravidão. Daí haver, em alguns países da América, como Trinidad e Tobago, a Guiana e o Surinã, um grande contingente populacional de origem oriental e de religião muçulmana que disputa o poder com o numeroso grupo negro. Mesmo no Brasil, quando era bastante acesa a discussão sobre a abolição, aventou-se a idéia de estimular a imigração de

(4) ANDRADE, Manuel Correia de. *Espaço & urbanização*, p. 4-32.

(5) MELLO, Astrogildo Rodrigues de. *A política colonial da Hespanha através das “Encomiendas”*, estudou este assunto em profundidade.

TRANSIÇÃO

chineses, idéia que foi combatida intensamente por abolicionistas como Joaquim Nabuco, não só por se representar tentativa de manter um sistema de “para-escravidão” ou de escravidão disfarçada, como também pelo temor do então muito falado “perigo amarelo”

Assim, desde o primeiro século de colonização, o comércio negreiro tomou grande impulso nas relações África/Brasil, contribuindo para permitir a ampliação da área ocupada e desenvolver a cultura da cana-de-açúcar. Tão elevado foi o contingente negro que desembarcou nos portos brasileiros — Salvador e Recife desde o século XVI, São Luís do Maranhão a partir do século XVIII e Rio de Janeiro e Santos nos séculos XVIII e XIX —, que a população brasileira passou, em certas áreas, a ser predominantemente negra. Essa predominância do negro nas áreas mais dinâmicas do território brasileiro só começou a cair no século XIX, sobretudo após a abolição do tráfico de escravos. Sem o braço negro, não teria tido sucesso a agroindústria açucareira em Pernambuco e Bahia, a cultura do arroz e do algodão no Maranhão, a exploração aurífera em Minas Gerais e a cultura do café no Rio de Janeiro e em São Paulo.

No Nordeste, especificamente, a economia canavieira dependia em tal grau da escravidão negra que, no primeiro século da colonização, a população negra de Olinda era superior à branca⁽⁶⁾; daí certos cronistas alertarem para o perigo desta região se tornar uma nova Guiné. Para manter Pernambuco rentável, o Príncipe de Nassau, ao governar o Brasil Holandês, tratou imediatamente de conquistar Angola, porque Pernambuco de nada valia sem o negro e não se teria negros se não se conquistasse a Angola⁽⁷⁾.

(6) BRANDÃO, Ambrósio Soares. **Diálogos das grandesas do Brasil**. p. 99.

(7) Sobre o assunto é interessante consultar José Antônio Gonçalves de Mello em **Tempos dos Flamengos**.

Podemos admitir, assim, que a expansão do capitalismo comercial pelo espaço brasileiro foi feita, em grande parte, em face da acumulação primitiva de capital. Isto porque o capital que financiou a ocupação da terra com a eliminação do indígena, ou a sua expulsão para o interior, e que possibilitou a implantação de engenhos de açúcar e a aquisição de escravos, foi um capital acumulado, em grande parte, com o próprio tráfico de africanos, um dos negócios mais rendosos dentre os negócios coloniais. Este capital necessitava reproduzir-se, constituindo-se na primeira atividade agrícola com grande emprego de capital⁽⁸⁾, isto é, na primeira atividade agrícola capitalista. Mas, apesar de capitalista, produzindo em larga escala para o mercado, a formação social que daí resultou utilizou a mão-de-obra escrava trabalhando sob coação e não a mão-de-obra livre, do trabalhador desprovido dos meios de produção, que vendia ao proprietário de terras a sua força de trabalho. Isto porque o sistema capitalista do assalariado não poderia ser aplicado em um país distante, subpovoado e com grandes extensões de terra por ocupar e disponíveis aos grupos que se apoderassem de áreas de mais difícil acesso. A racionalidade capitalista levou os colonizadores a realizarem a acumulação primitiva, escravizando os africanos e transportando-os para o Brasil.

Tivemos assim, nessa área, uma formação social bem diversa da européia, caracterizada por historiadores, como Ciro Flamarion Cardoso⁽⁹⁾ e Jacob Gorender⁽¹⁰⁾, como resultante de um modo de produção dependente do capitalismo mercantil. Como veremos nos itens que seguem, este sistema escravista colonial teve grande duração no Brasil, a princípio figurando de forma absoluta na ocupação e exploração da terra e, em seguida, coexistindo com formas de exploração

(8) FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 17.a ed. 59.

(9) **AGRICULTURA, Escravidão e capitalismo**, p. 111-215.

(10) **O ESCRAVISMO colonial**, onde estuda o problema em profundidade.

que pouco a pouco foram ganhando importância, até suplantarem e provocarem a sua destruição, pela Lei Áurea de 13 de maio de 1888. O sistema do trabalho assalariado, puro e simples, só começaria a ganhar importância nas primeiras décadas do século XX, tornando-se de uso generalizado na agricultura açucareira, após a década dos 60, com a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural.

1 Cana, Gado e Algodão: Complementação Histórica

Salientamos no item anterior a grande ligação existente, desde o período colonial, entre a região açucareira, litorânea, e a região pecuarista, sertaneja. Na verdade, o Sertão foi ocupado, a partir da segunda metade do século XVI, por povoadores baianos e pernambucanos, em função da produção de animais de trabalho e de animais de corte, para abastecer a região açucareira. O sistema de criação — em campo aberto, com o gado solto procurando a sua própria alimentação — permitiu a ocupação de grandes áreas por uma população pouco expressiva e determinou a formação de aldeamentos indígenas em áreas mais apropriadas à agricultura, as chamadas “serras frescas” e as margens e ilhas do rio São Francisco, fazendo com que os nativos, vencidos e dominados, se organizassem em comunidades sedentárias, sob o controle de missionários. Formava-se, assim, na própria área, uma reserva de força de trabalho que os fazendeiros, os latifundiários, poderiam utilizar nas ocasiões em que se fizesse preciso. Generalizou-se, entre os nossos ensaístas, a idéia de que a formação social pecuarista prescindiu da utilização da mão-de-obra escrava africana, fato que hoje é posto em dúvida; assim, os vaqueiros, que ficavam nos “sítios” cuidando do gado, eram acompanhados de auxiliares que tanto se dedicavam às fainas da pecuária, como também à produção agrícola de subsistência, compreendendo não só a mandioca, o feijão e o milho, como também a cana-de-açúcar, que alimentava pe-

quenos engenhos rapadureiros e produtores de cachaça, engenhos que, muitos deles, sobreviveram até os nossos dias. Ainda hoje, o município pernambucano de Triunfo, situado na serra da Baixa Verde, possui em seu território cerca de 80 engenhos rapadureiros em atividade. Essa atividade agrícola foi intensificada, a partir do século XVIII, quando aumentou a demanda internacional de algodão, em face da Revolução Industrial Inglesa, levando as áreas sertanejas a desenvolverem a cultura dessa malvacea. Todos esses fatos levaram os proprietários sertanejos, imitando os senhores de engenho do litoral, a aplicarem capitais na aquisição de escravos indígenas — muitas vezes apresados nas guerras — e a adquirirem escravos negros.

Infelizmente não se dispõe de dados estatísticos sobre população escrava para as áreas sertanejas do Nordeste, abrangendo todos os estados nela situados, mas sabemos que em Pernambuco, nos meados do século XIX (1842), as comarcas sertanejas de Brejo, Boa Vista e Flores possuíam 12.744 escravos, o que representava 19,2% da população das mesmas. Enquanto isso, as comarcas da Mata tinham uma população escrava de 63.362 habitantes, representando 19,9% da população total⁽¹¹⁾. O número de escravos era bem mais modesto, do ponto de vista absoluto, não do ponto de vista relativo, que o das regiões úmidas, mas era bastante expressivo.

As áreas sertanejas foram distribuídas, de modo geral, em lotes muito extensos: os da margem direita do São Francisco, pelo Governo Geral, e os da margem esquerda pelo Governo da Capitania de Pernambuco; esses lotes beneficiaram tanto os fazendeiros que não dispunham de terras e de engenhos na região úmida, como também os proprietários que se domiciliavam nesta região. Em Pernambuco e na Paraíba, quando se começou

(11) MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira de. *Ensaio sobre a estatística civil e política da Província de Pernambuco*, tabelas estatísticas finais.

TRANSIÇÃO

a distribuir as terras situadas sobre o Maciço da Borborema, hoje consideradas como do Agreste, mas então sertanejas, geralmente os sesmeiros eram proprietários de engenho de açúcar que utilizavam as suas novas propriedades como lugares para onde enviavam o gado no período chuvoso, no chamado inverno.

O surto algodoeiro provocou uma verdadeira revolução no uso do solo e na produção do espaço: as áreas, anteriormente deixadas à pastagem natural, foram ocupadas por plantações de algodão, quase sempre associado ao milho e ao feijão e, em menor escala, à mandioca. Com este surto houve um grande crescimento tanto da população livre como da escrava. No começo do século XIX, Tollenare⁽¹²⁾ encontrou fazendas de algodão no atual Agreste pernambuco, onde trabalhavam centenas de escravos, e Rodolpho Theófilo, na segunda metade do século XIX, ao falar do *rush* algodoeiro dos anos sessenta (1861/5), salientou a grande utilização da mão-de-obra livre, assalariada⁽¹³⁾. Ocorria, assim, no Sertão algodoeiro-pecuarista, na segunda metade do século XIX, a coexistência do trabalho livre com o trabalho escravo, da mesma forma que na chamada "região canavieira".

Podemos resumir as relações da região açucareira com a algodoeira em fases sucessivas, com um primeiro período em que o Sertão, predominantemente pecuarista, limitou-se a complementar a economia da região açucareira; em seguida, com o desenvolvimento da cultura do algodão (a partir do século XVIII), este passou a se relacionar diretamente com o mercado externo, de vez que, produzindo um artigo de exportação, tornou-se concorrente da região açucareira no valor da produção e da exportação, embora continuasse a complementá-la mesmo no setor de produção animal. Também nos estados, então capitanias orientais do

Nordeste, o sertão utilizou os portos situados na região açucareira, para fazer chegar, ao mercado externo, os seus produtos.

O uso intenso da força de trabalho variou em uma e em outra região, conforme a maior ou menor demanda do produto específico no mercado internacional. Nos períodos de menor demanda de açúcar e/ou de algodão, grande parte da mão-de-obra permaneceu em relativa ociosidade, passando a ampliar o setor de produção de alimentos e outros produtos consumidos na própria região

2. A Formação da Mão-de-obra Livre e o Problema da Escravatura

Para se compreender a fase de transição do trabalho escravo para a utilização da mão-de-obra "livre" na área açucareira, necessária se faz uma análise das estruturas e características do sistema escravagista. Se no século XVI o número de escravos na área era muito grande e quase somente existiam dois grupos sociais: os homens livres-proprietários, funcionários e comerciantes — e os escravos, considerados como coisas, tal fenômeno não se prolongou com o passar do tempo. Assim, no século XVIII, já existia na área açucareira um grande contingente populacional formado por brancos pobres, por mestiços e por negros libertos, que flutuavam entre os dois extremos sociais. Em 1710, quando ocorreu a chamada Guerra dos Mascates, em que os aristocratas do açúcar, sediados em Olinda, guerrearam os "mascates" do Recife, em sua maioria portugueses, havia, na vila portuária, um grande contingente de pobres, nem sempre brancos, que, apesar de brasileiros, apoiaram os portugueses contra os senhores de engenho. Este contingente se formara não só em consequência da imigração de portugueses, mas também da queda econômica de pessoas que provinham das famílias dos povoadores, através de linhas legítimas empobrecidas ou por linha bastarda, de indígenas desaculturados e desaldeados, e de mestiços de índios com brancos e com negros.

(12) NOTAS dominicais, p. 112 e seguintes.

(13) HISTÓRIA da seca do Ceará (1877-1880). p. 27 e seguintes.

Os viajantes que estiveram no Nordeste no início do século XIX, e visitaram engenhos e fazendas⁽¹⁴⁾, são unânimes em atestar a existência, no interior, de grande quantidade de trabalhadores: eram os "moradores" que viviam em posição marginal na sociedade rural. Os proprietários utilizavam-nos pouco nas fainas agrícolas, de vez que dipunham, para essa atividade, do trabalho mais disciplinado dos escravos, mas permitiam que essas pessoas se fixassem como moradores nas áreas periféricas de suas propriedades, e que aí construíssem casebres, nos quais residiriam, e cultivassem produtos alimentícios. Na época do corte da cana e da moagem, esses moradores prestavam ao engenho serviços gratuitos ou de baixa remuneração. Esse tipo de relacionamento originou o sistema chamado posteriormente de "cambão" Quando a disponibilidade de terras e de braços era menor — a maioria dos engenhos tinha pequena extensão, produzindo menos de 600 pães de açúcar por ano —, esses moradores dispunham de um pequeno "sítio" — cerca de meio ou um terço de hectare — e prestavam serviços por três ou quatro dias semanais ao engenho, mediante remuneração simbólica.

Ocorre ainda que a área açucareira utilizava a parceria na produção da cana, tradição que se originara no período colonial. Assim, desde o primeiro século de colonização, a cana moída nos engenhos era, em parte, produzida pelo proprietário nas suas "tarefas" e cultivada por escravos, sob as ordens e a vigilância dos feitores de campo e, em parte, produzida por lavradores que as cultivavam em terras próprias ou alheias, fornecendo-as ao engenho. Quando o lavrador cultivava terras próprias, o açúcar era dividido em partes iguais entre ele e o senhor de engenho; mas, quando ele trabalhava em terras do engenho, tinha direito a apenas um terço da produção. Esses lavradores muitas vezes eram pessoas relativamente abastadas, que possuíam escravos e os uti-

lizavam na cultura da cana; outros, porém, mais pobres, cultivavam a cana trabalhando diretamente a terra com a ajuda da família⁽¹⁵⁾.

A cultura da cana-de-açúcar, após o período áureo anterior à invasão holandesa, permaneceu durante longos períodos em situação de crise, em face da impossibilidade de concorrer no mercado internacional, controlado inicialmente pelos holandeses e posteriormente pelos ingleses, com a produção do Caribe. Esse fato foi descapitalizando os produtores nordestinos, que, com a elevação constante do preço do escravo africano, passaram a comprá-los em menor escala, provocando a utilização, cada vez maior, da mão-de-obra livre, quer de forma semi-salariada (cambão e condição), quer sob a forma de parceria.

Aos períodos de crise sucediam períodos de euforia que eram, por sua vez, substituídos por novas crises. Muitas vezes, senhores de engenho, para não perderem as propriedades, vendiam escravos e animais para saldar débitos. O hábito da venda de escravos, sobretudo para as províncias do Sudeste, iniciado no século XVIII com o desenvolvimento da exploração das minas das Gerais, generalizou-se no século XIX, quando o crescimento da cafeicultura promoveu a compra de escravos, em grande quantidade, por parte de fazendeiros do Rio de Janeiro e de São Paulo. Essa venda aumentou, sobretudo após 1850, quando a Lei Eusébio de Queiroz, atendendo às reclamações inglesas, aboliu o tráfico de africanos. Se os pequenos e médios senhores de engenho facilmente se desfaziam dos seus escravos, os grandes proprietários, mais sólidos em suas fortunas, não só se recusavam a vendê-los como até compravam dos demais ou entravam em negócio com traficantes, a fim de importarem clandestinamente negros africanos. Em Pernambuco ficou célebre um último desembarque de escravos africanos

(14) TOLLENARE, L. F. *op cit.* p. 93-95.

(15) Sobre o Sistema dos Lavradores, é interessante consultar ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil.* p. 145-47.

TRANSIÇÃO

efetuado em Serinhaém, em 13 de outubro de 1855, no qual estavam implicados numerosos proprietários das famílias dominantes na política provincial. Tal fato provocou grandes problemas de ordem política e processos nos quais se envolveram pessoas ilustres, como informa com autoridade Joaquim Nabuco⁽¹⁶⁾. A importação clandestina de africanos, porém, foi debelada em 1855, fazendo com que o preço do escravo se elevasse consideravelmente, levando em conta que era insuficiente para manter a força de trabalho o simples crescimento vegetativo da população negra. A impossibilidade de importação de negros naturalmente contribuiu para que se intensificasse o uso da mão-de-obra livre e que se fizessem experiências tanto com o sistema de assalariamento como com o de parceria.

Nas áreas produtoras de café, produto que alcançava preços elevados no mercado internacional, dispunham os fazendeiros de recursos suficientes para intensificar a imigração, sobretudo de italianos, e para adquirir escravos nas áreas em depressão econômica, criando um antídoto à falta de mão-de-obra. Na área açucareira, os proprietários não dispunham de recursos para importar escravos de outras províncias do Brasil e muito menos para estimular e financiar uma imigração de europeus para a região; daí terem os proprietários nordestinos de se conformar em mobilizar a população pobre e livre que vivia na própria área em ociosidade ou semi-ociosidade. Esta população, aos poucos, ia adquirindo consciência de classe, participando, em numerosos ocasiões, de levantes contra os privilégios das classes dominantes, como em 1831-1836, na Guerra dos Cabanos, ao lado de escravos fugidos e de índios aldeados no Jacuípe⁽¹⁷⁾ e, posteriormente, promovendo as famosas revoltas conhecidas como Ronco da Abelha e como

Revolta do Quebra-Kilos, que conflagraram durante vários meses nas áreas do Sertão e da Mata. Estas revoltas foram reprimidas com grande violência⁽¹⁸⁾, em face do temor, das camadas sociais dominantes, de uma revolta de escravos semelhantes à que ocorrera, nos fins do século XVIII, no Haiti.

A "Abolição do Tráfico de Escravos" foi o primeiro ato legal da classe dominante, visando à solução, a longo prazo, do problema da escravidão, e ocorreu no momento em que, na maioria dos países americanos, já havia um forte movimento abolicionista, ou já ocorrera mesmo a extinção do sistema escravocrata. Decorreram vários anos até que a aplicação da lei se efetuassem, e só duas décadas depois os políticos mais liberais — embora em grande parte pertencentes ao Partido Conservador — com o consentimento do Imperador, propuseram a chamada "Lei do Ventre Livre", promulgada a 28 de setembro de 1871, estabelecendo que todos os que nascessem a partir daquela data seriam livres, devendo porém permanecer na propriedade do seu senhor e para ele trabalhar, como se escravos fossem, até os 21 anos de idade. Tratava-se de uma tentativa, a longo prazo, da extinção do sistema servil. Foi, entretanto, suficiente para que o movimento abolicionista arrefecesse, só surgindo uma nova lei, que libertava aos escravos sexagenários, em 1885. Digladiavam-se na imprensa e no Parlamento os escravocratas, que consideravam a escravidão como o esteio da economia do País, e os que pleiteavam a libertação dos escravos sob a alegação de que ela era desumana e não correspondia aos interesses da economia nacional. Estes, porém, formavam dois grupos: os emancipacionistas, que queriam a abolição da escravatura a longo prazo e com indenização aos senhores, e os abolicionistas, que queriam a abolição pura e simples. Alguns até, melhor orientados, pregavam a necessidade de formação de propriedades familiares para serem exploradas por ex-

(16) UM ESTADISTA do Império, v. 1. p. 169-76.

(17) ANDRADE, Manuel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*, Rio de Janeiro, Conquista, 1965, estuda detalhadamente essa revolta popular

(18) MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Crise agrária e luta de classes*. p. 33-34.

escravos, a fim de que, libertos juridicamente, ficassem também de fato fora da dependência dos seus senhores.

Os escravos, por sua vez, impacientes, começaram a fugir das propriedades e a formar quilombos ou a se esconder em áreas menos acessíveis ou em estados que já haviam feito a abolição, como o Ceará. Clubes abolicionistas, muitas vezes liderados por políticos das classes dominantes, patrocinavam as fugas e a saída do escravo da área de influência e de domínio do seu senhor. A população urbana, trabalhada pela imprensa, posicionou-se contra a escravidão e a situação se deteriorou de tal forma que em maio de 1888 o Partido Conservador, sob a liderança do Conselheiro João Alfredo e com o consentimento da Princesa Imperial, promulgou a "Lei Áurea" sendo assim extinta, sem grandes convulsões, a escravidão no Brasil.

Analisando-se a posição do escravo na sociedade escravocrata, vê-se que ele era colocado na base da pirâmide social, com uma série enorme de deveres e um insignificante número de direitos; mas, pode-se fazer uma distinção bem nítida entre o escravo destacado para o serviço doméstico, da casa-grande, e o escravo que trabalhava no campo. Naturalmente, o primeiro, além de fazer um trabalho mais leve, tinha um contacto direto com os seus senhores e podia conquistar a amizade ou a deferência dos mesmos, gozando de algumas regalias. Dispunham também de melhor moradia, se viviam na casa-grande, e de melhor alimentação. Daí alguns autores generalizarem a situação do escravo doméstico para a situação do escravo em geral, fazendo parecer que tivéssemos tido uma escravidão menos cruel e desumana que os países saxônicos. Por outro lado, havia o escravo designado para os trabalhos do campo e encarado como se fosse uma máquina para produzir cana-de-açúcar, cabendo ao feitor, por todos os meios e com todos os recursos, extrair do mesmo o máximo de produção, sendo considerado uma coisa, um animal a ser sugado ao máximo, desde que se lhe conservasse a vida, por um período que compensasse o preço pago por ele. Aí a escravidão, acompa-

nhada de excesso de trabalho, de deficiência de alimentação, de castigos e de torturas, atingia as raías da desumanidade. E a maioria absoluta de escravos estava colocada neste segundo grupo e não no primeiro.

Compreende-se essa distinção, como salienta Genovese, em referência ao Sul dos Estados Unidos, ante o fato de o senhor, vivendo em sua propriedade, desenvolver não só as atividades produtivas como também aquelas de lazer e de diversão para a sua família⁽¹⁹⁾. Daí o grande número de serviços, nas casas mais ricas, e até a manutenção de orquestras e de outras atividades não econômicas desempenhadas por escravos.

Convém salientar ainda que, ao atingirmos o século XIX, a sociedade não era mais formada apenas por senhores e escravos, havendo uma classe média em formação, tanto no meio rural como no urbano: no meio urbano, esta era formada por pequenos comerciantes e por artesãos, os chamados artistas, e, no meio rural, por lavradores de cana, por foreiros — arrendatários de pequenas porções de terra, onde cultivavam mantimentos para venda nas cidades — e por empregados dos engenhos que trabalhavam na administração — feitores e administradores — ou nas atividades industriais — mestres-de-açúcar, caldeiros, destiladores etc. — recebendo remuneração anual. A este grupo juntavam-se ainda, nos engenhos maiores, os professores de primeiras letras se os capelães⁽²⁰⁾

3. A Modernização de uma Formação Econômico-Social e as Transformações nas Relações de Trabalho

Uma análise da história da agroindústria canavieira no século XIX indica que houve, durante esse período, uma série de modifica-

(19) O MUNDO dos senhores de escravos. p. 37-40.

(20) OLIVEIRA, Conselheiro João Alfredo Corrêa de. O Barão de Goiana e sua Época Genealógica. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, Recife, 27: 362-411, 1926.

TRANSIÇÃO

ções, quer de ordem técnica, quer de ordem econômica. No início do século foram construídos os primeiros engenhos a vapor que, gradativamente, substituíram os engenhos a tração animal e a água; também foi iniciado o uso do arado no cultivo da cana e foram introduzidas novas variedades de cana, à proporção que se demandava uma melhoria da produtividade. Assim, após três séculos de cultivo da variedade conhecida como "cana crioula" foi introduzida a "cana caiana" oriunda da Guiana Francesa, e, na segunda metade do século XIX, variedades novas como a "Manoel Cavalcanti", a "Flor de Cuba" e a "Manteiga". Experiências para a produção de uma variedade local também foram feitas com um êxito relativo. Na segunda metade do século, alguns engenhos bangüês se aparelharam para a produção de açúcar branco e demerara, surgindo o que foi chamado de "meio-aparelho" e, finalmente, a partir de 1882, foram construídos os primeiros engenhos-centrais, de companhias estrangeiras, e as primeiras usinas, de capitais locais.

As oscilações do preço do açúcar foram uma constante preocupação para os produtores, ocorrendo, inclusive, a queda do preço no mercado internacional nas ocasiões em que a moeda brasileira elevava o seu valor cambial, contribuindo para encarecer o nosso produto em relação aos dos nossos concorrentes. Em compensação, em ocasiões de crise, com a queda do câmbio, como ocorreu durante a Guerra com o Paraguai (1864-1870), o preço do açúcar se elevou, beneficiando os produtores. Após o término da guerra, quando o Brasil, vitorioso, libertou os escravos do país vencido, aumentou a pressão interna e externa contra o sistema escravocrata, e o Imperador, preocupado com a imagem do País no exterior, procurou fazer com que o Parlamento aprovasse leis que fossem contribuindo para a lenta e gradual extinção do cativo, estimulando os proprietários a também alforriarem os seus escravos.

Quando se planejou modernizar a indústria do açúcar, procurou o Governo oferecer

algumas vantagens, como a garantia de juros mínimos aos capitais empregados na implantação e funcionamento dos engenhos centrais, mas, ao mesmo tempo, estabeleceu condições para a oferta dessas garantias, como as de que os engenhos centrais não cultivassem cana — política de separação da atividade agrícola da atividade industrial — e de que não utilizassem a mão-de-obra escrava. Tais exigências, assim como as facilidades anteriormente mencionadas, não se estenderam, naturalmente, às usinas que eram controladas pelo capital privado nacional. Observa-se, assim, como o Governo, embora convicto da necessidade da abolição, ainda na década 1881-90 temia uma atitude que o pusesse em choque com os grandes proprietários, que consideravam a escravidão o esteio de sua economia.

Embora a perda dos escravos por venda e por fuga fosse ponderável, ainda na segunda metade do século XIX líderes rurais procuravam demonstrar a necessidade de manutenção do braço escravo, sob a alegação de que a lavoura canavieira não fornecia recursos suficientes para o pagamento da jornada de trabalho aos agricultores. Em documento de grande importância publicado na época, um dos líderes mais lúcidos dos agricultores defendia⁽²¹⁾ esse ponto de vista, salientando que os senhores de engenho que possuíam muitas terras e várias fábricas eram uma minoria insignificante diante dos proprietários de pequenos engenhos, que moíam menos de 600 pães de açúcar por ano, ou seja 45.000 quilogramas, de vez que um pão-de-açúcar pesava, em média, 75 quilogramas.

Se os pequenos proprietários não suportavam o ônus da produção, chegando muitas vezes a se desfazerem de seus engenhos ou a transformá-los em propriedades dedicadas a lavouras menos rendosas, ou, ainda, a arrendá-los a pequenos produtores, os gran-

(21) MILLET, Henrique Augusto. *O Quebra-Kilos e a crise da lavoura*, p. 15-19.

des proprietários dispunham de recursos para remunerar os trabalhadores livres, como assalariados, ou, mais comumente, através dos sistemas da "condição" e do "cambão" e até a montar usinas que concorriam com os engenhos centrais. Usinas contaram com empréstimos a juros muito baixos e com reajustamentos de dívidas em várias ocasiões, nos governos de Barbosa Lima e de Correia de Araújo. A maioria delas inicialmente absorveu alguns engenhos, mas, na grande concorrência que surgiu entre as mesmas, numerosas foram desmontadas e incorporadas a usinas melhor sucedidas. Houve, assim, duas fases de ritmo de concentração, embora tenham coexistido em um certo período: inicialmente, as novas usinas de porte pequeno e médio absorveram alguns engenhos bangüês para, na segunda fase, continuar este processo, de forma cada vez mais acelerada, de absorção de usinas menores por usinas maiores⁽²²⁾. A modernização agrícola e industrial foi requerendo maior especialização do trabalho, dificultando a utilização do escravo em certos misteres e atividades; ao mesmo tempo, o alargamento das facilidades de financiamento permitia aos proprietários pagarem salários aos seus trabalhadores, evitando a compra do escravo, o que representava um grande investimento. O trabalho assalariado, com parte do pagamento feito de forma amonética pela concessão de casa e terra ao trabalhador — sistema da "condição" — atenuava consideravelmente as despesas semanais do produtor; e a escravidão ia sendo condenada gradativamente pela própria evolução econômica. Ao chegar a abolição, em 1888, a maioria dos engenhos de açúcar dependia muito mais do trabalho livre do que do trabalho escravo, não tendo representado esta medida governamental um grande prejuízo para os produtores.

Este fato é facilmente compreensível, se observarmos a composição do Parlamento,

(22) PEREZ, Gaspar & Apolônio. **A Indústria açucareira em Pernambuco**, analisam a primeira fase, até 1915, do processo de implantação das usinas de açúcar em Pernambuco.

por ocasião da discussão da Lei Áurea: nele dominavam, entre senadores e deputados, pessoas ligadas ao latifúndio, como o próprio Presidente do Conselho de Ministros, de família de senhores de engenho de Goiana, ele mesmo co-proprietário dos engenhos Uruaé e Pedregulho, com apoio dos fazendeiros de café de São Paulo, sobretudo da área nova, do Oeste, representados pelo Conselheiro Antônio Prado. Esperava-se que o capital, que era até então empregado na aquisição de escravos, fosse encaminhado para a aplicação em empreendimentos industriais, provocando uma verdadeira febre de investimentos nos anos que se sucederam à Abolição. Aplicação que provocou uma verdadeira corrida à compra de ações de indústrias a serem instaladas e que resultou, já na República, no Encilhamento.

4 A Propriedade Escravocrata e a Abolição

Os proprietários de escravos, atingidos em seu patrimônio com a abolição pura e simples, passaram a reivindicar uma indenização, alegando que o seu direito de propriedade fora atingido pela Lei Áurea. Não conseguiram grande repercussão, em face da pequena expressividade da quantidade e, conseqüentemente, do valor dos escravos libertos, por proprietário, e da reação da opinião pública contra tal reivindicação. Com o advento da República, um ano e seis meses após a Abolição, novas idéias e novos problemas centralizaram as preocupações dos políticos e da opinião pública das grandes cidades. Federação, maior autonomia dos estados, industrialização, separação da Igreja do Estado etc. foram temas que concentraram maior atenção e a escravatura foi considerada como uma página já ultrapassada da História.

Mas, o que ocorreu em conseqüência da abolição na região canavieira do Nordeste? Aí já não existiam terras devolutas, de forma expressiva, para nela se alojarem os ex-escravos e estes, libertos, não tiveram outra alternativa senão a de venderem a sua força de trabalho aos engenhos existentes.

TRANSIÇÃO

Os abolicionistas mais conseqüentes admitiam que a abolição devia ser acompanhada de medidas que levassem à distribuição de terras devolutas com os libertos, a fim de que se transformassem em pequenos proprietários. Os conservadores, que assumiram o comando da campanha abolicionista na ocasião em que compreenderam ser esta um ato a se consumir, trataram de conceder a liberdade sem conceder terras, de vez que, conservando o seu monopólio de propriedade, teriam mão-de-obra assalariada, barata, em face da inexistência, para o escravo, de uma opção que não fosse a venda de sua força de trabalho aos antigos senhores.

Assim, na região açucareira nordestina, com a abolição, os escravos fizeram grandes festas comemorativas e, em seguida, abandonaram, sem recursos, a terra dos senhores de outros escravos. Houve, em conseqüência, uma redistribuição dos antigos cativos pelos vários engenhos e usinas, fazendo com que eles trocassem de senhores e passassem a viver com o magro salário que passaram a receber. O sistema utilizado, desde o começo do século, para os trabalhadores livres, foi aplicado aos escravos libertos, sendo os mesmos gradativamente absorvidos na massa da população pobre.

Foi, assim, uma situação bem diversa da que ocorreu na região Sudeste, onde os fazendeiros já dispunham de um sistema de imigração protegido e estipendiado pelo Estado, no qual a senzala era substituída pela colônia⁽²⁵⁾. Substituição feita de forma gradual, mas que foi intensificada com a Lei Áurea. Em outras regiões, como o Maranhão, em que a agricultura da cana-de-açúcar, do algodão e do arroz, feitas em áreas próximas umas das outras, constituíam-se de pequenas áreas cercadas por terras devo-

lutas, ocupadas por florestas e por babaçuais, a abolição provocou um grande impacto negativo para a grande lavoura, levando praticamente à falência a grande agricultura. É que aí, devido à proximidade de terras não apropriadas, os ex-escravos migraram para elas, embrenharam-se nas matas e passaram a viver em uma economia primitiva, amonetária, da caça, da pesca, da coleta e do plantio de pequenas lavouras, sobretudo de mandioca. As grandes fazendas abandonadas, sem disporem de braços, paralisaram as suas atividades e a floresta se recompôs, avançando por áreas outrora cultivadas.

Na área açucareira, o Governo ainda procurou compensar os proprietários, que dispunham de grande poder político e controlavam os principais cargos da administração, facilitando empréstimos que permitiam uma modernização de suas unidades produtivas e aumentavam a possibilidade de crescimento da produção, como conseqüente incremento da acumulação capitalista.

A Abolição, apesar de ter sido uma medida revolucionária — atingiu em cheio o direito de propriedade, negando indenização aos desapropriados — não foi complementada por medidas que democratizassem o acesso à propriedade da terra, e assim não provocou modificações substanciais nas estruturas existentes. As mesmas famílias, os mesmos grupos dominantes continuaram a dirigir a economia e a sociedade da área açucareira, apenas substituindo — o que em parte já havia feito — o uso da mão-de-obra escrava pelo uso da mão-de-obra assalariada. Assalariamento inicialmente relativo, em grande parte pago com o direito à habitação e ao uso de uma pequena área agrícola, que subsistiu até a sexta década do século XX. Somente após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), é que se generalizou integralmente na área o pagamento do salário total em dinheiro. Só então se integrou o modo de produção capitalista em todos os estágios, desde a comercialização até a produção do açúcar.

(25) COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à colônia*, estuda em profundidade essa transformação.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro, Conquista Editora, 1965. 237 p. (Coleção Temas Brasileiros, 7).
- *A Terra e o homem no Nordeste*. 4.a ed. São Paulo, Livraria Editora de Ciências Humanas, 1980. 278 p.
- ANDRADE, Manuel Correia de & AMAZONAS, Fernanda. *Espaço & urbanização*. Recife, PIMES, 1980. 119 p. (Comunicações, 27).
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Introdução e vocabulário de A. P. Canabrava. São Paulo. Editora Nacional, 1967. 316 p.
- AZEVEDO, João Lúcio. *Épocas de Portugal econômico*. 2.a ed. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1947. 478 p.
- BRANDÃO, Ambrósio Soares. *Diálogos das grandesas do Brasil*. Rio de Janeiro. Dois Mundos, s/d. 326 p.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979, 210 p.
- COSTA, Emília Vioti da. *Da Senzala à colônia*. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1966. 499 p.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 17.a ed. São Paulo, Editora Nacional, 1979. 248 p.
- GENOVESE, Eugene D. *O Mundo dos senhores de escravos (dois ensaios de interpretação)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 259 p.
- GORENDER, Jacob. *O Escravismo colonial*. São Paulo, Ática, 1978. 292 p. (Ensaio, 29).
- MELLO, Astrogildo Rodrigues de. *A Política colonial da Hespanha através das "encomiendas"*. São Paulo, 1948. 145 p. Tese de doutorado apresentada à USP.
- MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira de. *Ensaio sobre a estatística civil e política da Província de Pernambuco*. Recife, Typografia de M. F. de Faria, 1952. 309 p.
- MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Tempo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte. Rio de Janeiro. José Olympio Editora, 1947. 337 p. (Coleção Documentos Brasileiros, 54).
- MILLET, Henrique Augusto. *O Quebra-Kilos e a crise da lavoura*. Recife, Typografia do Jornal do Recife, 1876. 118 p.
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Crise agrária e luta de classes (o Nordeste brasileiro entre 1860 e 1889)*. Brasília, Horizonte Editora. 1980. 203 p.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império — Nabuco de Araújo*. São Paulo, Editora Nacional, 1936. 2 v.
- OLIVEIRA, Conselheiro João Alfredo Correia de. O Barão de Goiana e sua época genealógica. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*. (27): 363-410, Recife, 1926.
- PEREZ, Gaspar & Apolônio. *A Indústria açucareira em Pernambuco*. Imprensa Industrial. Recife, 1915. 263 p.
- THEOPHILO, Rodolpho. *História da seca do Ceará (1877-1880)*. Fortaleza, Typografia do Liberador, 1883. 501 p.
- TOLLENARE, L. F. *Notas dominicais*. Salvador. Progresso Editora, 1951. 265 p.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Rio de Janeiro. Editora Americana, 1975. 209 p. (Série América: Economia e Sociedade, 1).